

## **Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas**

**N.º 3 / 2020 ADAE MAR 2020**

**(Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos; Reforço da competitividade da pesca; Reforço da competitividade do turismo; Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar)**

**Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto**

A submissão de candidaturas ao abrigo do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, na Tipologia de operações (Inovação em espaço marítimo; Qualificação escolar e profissional relacionada com o meio aquático; Promoção de Planos de Mar; Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos; Reforço da competitividade da pesca; Reforço da competitividade do turismo; Promoção de produtos locais de qualidade; Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar), é efetuada no período compreendido entre o dia **02 de novembro de 2020 e as 17h00m do dia 30 de novembro de 2020**.

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, a presente abertura rege-se pelos termos e condições seguintes:

### **1. Legislação Aplicável**

O presente Anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- OTE n.º 2/2017 Versão 4, de 3 de junho de 2020
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

### **2. Objetivos e prioridades visadas:**

Promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

### **3. Tipologia de operações a apoiar:**

São apoiáveis as seguintes tipologias e ações de operação:

a) No domínio da «Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos», operações que visem intervenções que promovam a realização de ações em património edificado, natural e/ou simbólico, associado ao espaço marítimo, das

quais decorra a melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores, assim como o bem-estar das correspondentes comunidades.

b) No domínio do «Reforço da competitividade da pesca», operações que visem o aumento do rendimento da primeira venda de pescado, designadamente, através da criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, bem como a criação, modernização, reconversão ou diversificação de atividades de micro ou pequenas empresas que exerçam maioritariamente atividades económicas do sector da pesca.

c) No domínio do «Reforço da competitividade do turismo»:

- Criação e ou dinamização de micro ou pequenas empresas, designadamente, no âmbito do alojamento local e da restauração, promovendo o turismo de âmbito local, configurando iniciativas de diversificação da atividade da pesca ou de complementaridade do rendimento do pescador. A elegibilidade destas iniciativas é circunscrita aos profissionais do sector.
- Criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo aquático.

d) No domínio da «Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar», operações que visem a criação de novas metodologias e espaços de distribuição e de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura no âmbito da 2ª venda, incluindo ações de promoção e de sensibilização para a comercialização de proximidade inovação e acesso a tecnologias de informação.

As operações devem preencher as condições previstas no artigo 5.º do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto.

Os beneficiários que, à data da apresentação da candidatura, não tenham desenvolvido qualquer atividade ou que tenham regime de contabilidade simplificada devem suportar com capitais próprios, pelo menos 20% do investimento elegível.

As operações que não prosseguem fins lucrativos devem dispor de meios próprios para a realização de 20% do investimento elegível.

#### 4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica corresponde ao território de intervenção do GAL ADAE Mar 2020, a saber:

Concelho	Freguesia
Marinha Grande	Marinha Grande e Vieira de Leiria
Leiria	Coimbrão

As operações candidatas têm de contribuir para a realização dos indicadores da Estratégia de Desenvolvimento Local da ADAE Mar 2020, que se apresentam no quadro seguinte:

Indicador de realização	Estratégia de Desenvolvimento Local
Criação de Postos de trabalho	7

## 5. Beneficiários:

Nos termos do artigo 6.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto, pode beneficiar de apoios qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos, que preencha as condições previstas no artigo 7.º do referido Regulamento.

No âmbito da OTE nº2/2017 Versão 4 são identificadas algumas limitações relativas aos beneficiários elegíveis em cada uma das tipologias identificadas.

Os apoios previstos são concedidos nas condições estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) aos auxílios de minimis.

## 6. Despesas elegíveis e não elegíveis

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro e das fixadas na OTE nº 2/2017, na sua versão atual, fixam-se as seguintes regras de elegibilidade das despesas:

- As despesas para elaboração e acompanhamento da candidatura poderão ser elegíveis não devendo, em caso algum, ultrapassar 3% do valor elegível apurado.
- Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação/ investimento desde que devidamente justificadas e aceites pelo GAL;

**7. Dotação orçamental:**

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de 144.430,56€ (cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta euros e cinquenta e seis cêntimos), dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) no valor 122.765,98€ (cento e vinte e dois mil setecentos e sessenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos), distribuída da seguinte forma por tipologia de operação:

Tipologias de operações	Despesa Pública	FEAMP (85%)
Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos	70.588,24 €	60.000,00 €
Reforço da competitividade da pesca	11.764,71 €	10.000,00 €
Reforço da competitividade do turismo	47.058,82 €	40.000,00 €
Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar	15.018,80 €	12.765,98 €
<b>TOTAL</b>	<b>144.430,56 €</b>	<b>122.765,98 €</b>

**8. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:**

Cada beneficiário apenas pode apresentar uma única candidatura por tipologia de investimento

**9. Forma de apresentação de candidaturas:**

As candidaturas são apresentadas online, através do site do Balcão 2020 (<http://balcao.portugal2020.pt>).

**10. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate:**

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram as condições de elegibilidade das operações e dos beneficiários, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:

- AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
- AF = Análise económica e financeira – valoriza a viabilidade do investimento;
- AE = Análise Estratégica - valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL. A fórmula a aplicar depende do valor do investimento da operação, assim:

Para operações de investimento elegível superior ou igual a 50.000€ é aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,25AT + 0,25AF + 0,5AE$$

Para operações com investimento elegível inferior a 50.000€, ou apresentadas por entidades públicas ou por empresários em nome individual, a AF não é exigível, sendo aplicada a

seguinte fórmula:

$$PF = 0,5AT + 0,5AE$$

São excluídas as candidaturas que obtenham menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.

A forma de cálculo das pontuações da AT, da AF e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com o seguinte critério:

- Data de receção de candidatura.

#### 11. Forma, nível e limite dos apoios:

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável e limitados a:

- € 500.000, nos casos em que, simultaneamente, as operações são promovidas por entidades públicas e não são geradoras de lucro.
- € 200.000, nos restantes casos.

Nos termos do artigo 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto, a taxa de apoio público a conceder por tipologia de beneficiário é fixada de acordo com as seguintes taxas:

Tipologia de promotor	Apoio Público (Máximo)
<b>Nos termos do nº1 do artigo 9º:</b>	
Regra geral	50%
<b>Nos termos das alíneas a) e b) nº2 do artigo 9º:</b>	
Organismo de direito público ou empresa encarregada da gestão de serviços de interesse económico geral	
Preveja o acesso do público aos seus resultados e seja de interesse coletivo	100%
Preveja o acesso do público aos seus resultados e tenha um beneficiário coletivo	
Preveja o acesso do público aos seus resultados e tenha características inovadoras, se for	

Quando os serviços da administração central, regional e autárquica, os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, os fundos públicos, as associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, sejam entidades beneficiárias do FEAMP, suportam a contribuição pública nacional, equivalente a 15% do apoio público.

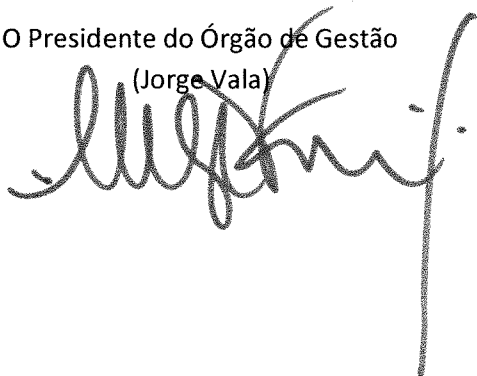
## 12. Meios de divulgação e informação complementar:

Complementarmente ao presente Anúncio, toda a documentação de apoio, a legislação e orientações técnicas aplicáveis, estão disponíveis no sítio da *Internet* do Grupo de Ação ADAE Mar 2020, em [www.adae.pt](http://www.adae.pt) e no sítio da *Internet* do Mar 2020, em [www.mar2020.pt](http://www.mar2020.pt).

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL-Pesca ADAE Mar 2020, através do endereço : [mar2020@adae.pt](mailto:mar2020@adae.pt) ou pelo telefone +351 244 822 152

Leiria, 27 de outubro de 2020

O Presidente do Órgão de Gestão  
(Jorge Vala)



## Anexo I – Critérios de Seleção

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AT – Análise Técnica						
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AT1 Qualidade da operação	40	Relação entre a estrutura de custos e os objetivos prosseguidos	60	Muito Adequado	100	Formulário e Memória descritiva e anexos
				Adequado	50	
				Desadequado	0	
		Qualificação dos recursos humanos envolvidos	20	Muito Adequado	100	
				Adequado	50	
				Desadequado	0	
		Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação	20	Muito Adequado	100	
				Adequado	50	
				Desadequados	0	
AT2 Contributo da operação para os indicadores do Programa	40	Criação e/ou manutenção de emprego (ETL)	50	Criação líquida de postos de trabalho	100	
				Manutenção de postos de trabalho	50	
				Não	0	
		Criação de empresas	50	Sim	100	
AT3 Operação prevê o acesso do público aos seus resultados	20	Interesse coletivo	30	Não	0	
				Sim	100	
		Beneficiário coletivo	30	Não	0	
				Sim	100	
		Características inovadoras	40	Não	0	
				Sim	100	

A AF é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

– **Projetos com fins lucrativos  $\geq$  50.000 euros:**

AF – Análise económico-financeira						
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AF1	30	<b>VAL</b> (Valor Atual Líquido)	100	VAL > 0	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
				VAL = 0	0	
AF2	70	<b>TIR</b> (Taxa Interna de rentabilidade)	100	TIR $\geq$ 1,5	100	
				TIR < 1,5	0	

– **Projetos sem fins lucrativos:**

Deverá ser aferida a adequação dos pressupostos económico-financeiros e a sustentabilidade da operação.

A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AE – Análise estratégica						
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE1 Contribuição para os objetivos da EDL	70	De acordo com a tipologia de operação e de acordo com a EDL	100	Contribui para 2 ou mais objetivos	100	Formulário e memória descritiva
				Contribui para 1 objetivo	50	
				Não contribui	0	
AE2 Âmbito territorial	30	Impacto das ações a realizar	100	Regional	100	
				Local	80	